

NORMAS ORTOGRÁFICAS DO PORTUGUÊS EM INSCRIÇÕES TUMULARES: O CASO DO SUDESTE GOIANO

Paula de Campos MORAIS

Gisele da Paz NUNES

Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão – Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem

paula.campos.morais@gmail.com

nunes.giselepaz@gmail.com

Resumo: Inúmeras dificuldades são encontradas no ato da escrita do português. Tais dificuldades estão relacionadas com seu sistema ortográfico, o qual não é fonético. Dessa forma, os sons produzidos no ato da fala não terão correspondência, única e exclusiva, às suas representações escritas. Assim, a partir de discussões sobre questões ortográficas em inscrições tumulares, essa é uma pesquisa que objetiva investigar o uso de normas ortográficas do português em inscrições tumulares nos cemitérios do Sudeste Goiano. Para tanto, nos questionamos se neste tipo de inscrição podemos encontrar desvios à norma ortográfica vigente à época de sua escrita e que tipos de desvios podem ser encontrados, uma vez que levantamos a hipótese de que as inscrições tumulares como manifestações escritas apresentam desvios à norma ortográfica vigente à época de sua escrita. Ressaltamos que será utilizado o método por amostragem e a coleta do *corpus* será feita em quatro cemitérios localizados na zona urbana dos municípios de Catalão, Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Silvânia, os quais foram elevados à categoria de município há mais de cem anos, abrangendo os seguintes períodos da ortografia do português no Brasil: 1931 – Primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal; 1943 – Publicação do Formulário Ortográfico (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa); 1971 – Lei com ênfase na alteração dos acentos gráficos; 1990 – Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual foi aprovado no ano de 2008, com tempo de adaptação de 2009 a 2012 e em 2013 seria definitivamente implantado, mas a partir do Decreto nº 7.875, de 27/12/2012, publicado no Diário Oficial da União em 28/12/2012, o prazo de implementação deste acordo foi ampliado para o ano de 2016.

Palavras-chave: Inscrições Tumulares; Normas Ortográficas do Português; Sudeste Goiano.

1 Introdução

O presente texto tem o intuito de apresentar parte da discussão teórica de uma pesquisa que está em desenvolvimento e tem por finalidade investigar o uso de normas ortográficas do português em inscrições tumulares nos cemitérios do Sudeste Goiano.

Acreditamos, hipoteticamente, que as inscrições tumulares como manifestações escritas apresentam desvios à norma ortográfica vigente à época de sua epígrafe e nos questionamos se nesse tipo de inscrição podemos encontrar desvios à norma ortográfica vigente à época de sua escrita, bem como quais desvios podem ser encontrados.

A metodologia de pesquisa empregada é a amostragem conforme Labov (2008), onde nosso *corpus*, as inscrições tumulares, serão coletadas e, posteriormente, analisadas, confirmando ou não a hipótese de possíveis desvios à norma ortográfica vigente à época da escrita das inscrições tumulares. As ocorrências que forem encontradas, bem como os motivos que levaram aos possíveis desvios, serão quantificadas e analisadas.

Nesse sentido, a coleta do *corpus* será feita em cemitérios localizados na zona urbana dos municípios de Catalão, Ipameri, Santa Cruz de Goiás e Silvânia, sendo um

cemitério por município. Os mencionados municípios foram selecionados por sua localização, Sudeste Goiano, e por terem sido elevados à categoria de município há mais de cem anos, abrangendo os seguintes períodos da ortografia do português no Brasil: 1931 – Primeiro Acordo Ortográfico entre Brasil e Portugal; 1943 – Publicação do Formulário Ortográfico (Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa); 1971 – Lei com ênfase na alteração dos acentos gráficos; 1990 – Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual foi aprovado no ano de 2008, com tempo de adaptação de 2009 a 2012 e em 2013 seria definitivamente implantado, mas a partir do Decreto nº 7.875, de 27/12/2012, publicado no Diário Oficial da União em 28/12/2012, o prazo de implementação deste acordo foi ampliado para o ano de 2016.

2 Discussão teórica

O cemitério é um espaço onde há o reflexo do social, da memória, da cultura de um povo. Foucault (2009, p. 417) menciona que “o cemitério é certamente um lugar diferente em relação aos espaços culturais habituais, é um espaço que está, no entanto, em ligação com um conjunto de todos os posicionamentos da cidade ou da sociedade ou do campo, já que cada indivíduo, cada família tem parentes no cemitério”. O autor ainda descreve o cemitério como uma “‘outra cidade’, onde cada família possui sua morada sombria” (2009, p. 418, grifo do autor).

Uma “outra cidade” que possui moradas sombrias, sendo descrita assim por ser o local onde a morte habita e, na maioria das vezes, está localizada nas periferias das cidades ou, até mesmo, fora delas.

Rosendahl (2007, p. 189) ao discorrer sobre as dimensões de análise do espaço, da cultura e da religião, mais precisamente sobre o simbolismo, ressalta que “os lugares sagrados não são somente uma série de dados acumulados, mas envolvem também experiências humanas”. Neste sentido, o cemitério, como um lugar sagrado, é um espaço de inúmeras experiências. Todavia, tais experiências só poderão ser vivenciadas com a morte de alguém.

É neste espaço onde há a produção, a reprodução e a resistência de culturas, as quais poderão ser reconstruídas através da memória, uma vez que fazem parte de uma sociedade e é, ao mesmo tempo, um espaço onde sobrevive parte da identidade das pessoas, que as inscrições tumulares estão presentes.

Basseto (2005, p. 114, grifo do autor) explica que “trata-se de inscrições de caráter permanente, geralmente em pedra ou mármore, e por isso mais cuidadas” e que “além de seguirem formulários e modelos, pode haver erros cometidos pelo incisor ao copiar o que o *ordinator* havia escrito (...)”. Essas inscrições conservam traços linguísticos e traços da cultura de um povo, afinal a linguagem é uma manifestação sociocultural.

As inscrições tumulares, conforme demonstra Basseto (2005), podem apresentar uma escrita com traços linguísticos mais conservados, havendo a possibilidade de aproximação da oralidade, tendo em vista que quem a escreveu pode apresentar baixo domínio da escrita padrão.

Em se tratando da linguagem, as construções conservadas de uma língua, que convivem com construções de uso atual, são chamadas de arcaísmos. Para Camara Júnior (1986), existe a possibilidade de convivência, em dado momento linguístico, de construções que refletem estágios diferentes da língua. Segundo o autor, arcaísmos são

vocábulos, formas ou construções frasais que saíram do uso na língua corrente e nela refletem fases anteriores nas quais eram vigentes. Do ponto de vista da língua comum e sua norma, diz-se que há arcaísmos em falares regionais, em que se mantêm por tradição oral formas e construções que a

língua comum abandonou e não entram no seu uso normal. (CAMARA JÚNIOR, 1986, p. 58).

Visto por este prisma, Sapir (1969) observa que as mudanças culturais acontecem de forma mais rápida que as mudanças linguísticas e, dessa forma, com o passar do tempo as formas linguísticas deixarão de simbolizar as culturais, ou seja, formas linguísticas podem refletir uma fase cultural anterior com mais nitidez que a cultura atual.

Assim, a ortografia pode ser comparada às formas linguísticas, tendo em vista que a mesma, bem como as normas que a regem, sofrem mudanças de forma mais lenta.

No que diz respeito à questão do domínio da chamada escrita padrão, é visivelmente claro que esta está diretamente ligada à ortografia. Palavra de origem grega (orthos = correta e grafia = escrita), ortografia significa a grafia correta da escrita, a transcrição correta dos vocábulos de uma língua, bem como da representação gráfica dos sons da fala.

A ortografia funciona assim como um recurso capaz de “cristalizar” na escrita as diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua. Escrevendo de forma unificada, podemos nos comunicar mais facilmente. E cada um continua tendo a liberdade de pronunciar o mesmo texto à sua maneira quando, por exemplo, o lê em voz alta. (MORAIS, 2008, p. 19).

Moraes (2008), ao discutir sobre a ortografia, demonstra sua preocupação em relação à variação lingüística. Da mesma maneira, Massini-Cagliari e Cagliari (1999, p. 30), ao tratarem da escrita alfabética ortográfica, também ressaltam o problema da variação lingüística, pois

ficaria muito complicado para um usuário de uma região entender o que o outro tivesse escrito, se cada um deles escrevesse de maneira diferente. Isto destruiria a finalidade básica da escrita – que é possibilitar a leitura. Para resolver este problema, foi criada a ortografia.

A língua escrita, enquanto representação da linguagem, faz uso de sinais gráficos que correspondem, em sua maioria, aos sons da fala. Entretanto, é perceptível que uma das dificuldades encontradas no ato de escrever está relacionada com o sistema ortográfico do português, que não é fonético, fazendo com que os sons produzidos no ato da fala não tenham correspondência, única e exclusiva, com as suas representações escritas. A evolução da língua falada é mais ágil e se adapta frente às necessidades de cada um. Isso gera um distanciamento da pronúncia com a grafia.

Na sociedade, ainda em conformidade com Massini-Cagliari e Cagliari (1999, p. 31), existe a crença da ortografia como reflexo da pronúncia correta das palavras. Contudo, essa crença acaba por ser uma forma de preconceito, “já que a ortografia não representa a fala de ninguém, pois tem a função de anular a variação lingüística, na escrita, no nível da palavra”.

Os autores esclarecem, também, que a ortografia e a pronúncia das pessoas pertencentes a classes sociais mais privilegiadas são mais próximas, uma vez que essas pessoas têm mais acesso à educação, conhecem a ortografia e, assim, colocam em prática o que aprenderam, tentando reproduzir na fala a forma como escrevem.

Quanto às dificuldades e dúvidas sobre a grafia dita “correta” das palavras, Massini-Cagliari e Cagliari (1999) relatam que até mesmo os melhores gramáticos e dicionaristas sofrem com isso. As pessoas que fazem uso recorrente de diferentes dicionários

compreendem que existem, em alguns casos, divergências entre eles, ou seja, o fato dos dicionaristas discordarem acerca da ortografia de várias palavras.

A história da ortografia portuguesa, de acordo com Houaiss (1991), é dividida em fase fonética, do século XIII ao século XVI, onde se procurava escrever de acordo com a pronúncia e ao fim desta fase há o afastamento da escrita da pronúncia, mediante a influência latina. Na fase pseudo-etimológica, a qual compreende do século XVI até o ano de 1904, a influência é de origem greco-latina devido ao período do Renascimento, sendo a escrita mais difícil e, ao fim do período, buscava-se uma “simplificação do sistema ortográfico”. (HOUAISS, 1991, p. 11). Já a fase simplificada, correspondendo do ano de 1904 até os dias atuais, se relaciona com a obra Ortografia Nacional, a qual foi produzida por Gonçalves Viana e publicada em 1904, mostrando a história interna da língua portuguesa, bem como suas tendências fonéticas.

Estudos mostram que a língua portuguesa é a quinta língua mais falada no mundo e, deste modo, uma “ortografia padrão” auxiliará na interação cultural entre os países que têm o português como língua oficial.

Neste sentido, desde o início do século XX já se é pensada a unificação ortográfica da língua portuguesa, visando estabelecer um modelo de ortografia a ser usado em publicações oficiais e na parte de ensino. Entretanto, é necessário enfatizar que este tipo de unificação é meramente ortográfica, restringindo-se apenas à língua escrita, ou seja, não mudará em nada a língua falada, pois cada país permanecerá com sua pronúncia típica.

Houaiss (1991, p. 13) explica que “é natural que uma língua usada por uma população tão grande em localidades tão diversas apresente divergências linguísticas [...]. O mesmo se pode dizer com relação à ortografia oficial usada”.

3 Considerações finais

Tendo em vista que esta é uma pesquisa em desenvolvimento, apresentamos aqui parte da discussão teórica já desenvolvida que levou em consideração, principalmente, a questão da ortografia da língua portuguesa.

A coleta e análise das inscrições tumulares possibilitarão chegarmos, inicialmente, a resultados parciais que nos nortearão frente aos questionamentos de podermos encontrar ou não desvios à norma ortográfica vigente à época de sua escrita e que tipos de desvios podem ser encontrados, bem como de percebermos se a hipótese de que as inscrições tumulares como manifestações escritas apresentam desvios à norma ortográfica vigente à época de sua escrita é verdadeira ou não.

4 Referências

BASSETTO, B. F. **Elementos de Filologia Românica**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

CAMARA JR., J. M. **Dicionário de lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FOUCAULT, M. Outros Espaços. In: _____. **Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Mota. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422.

HOUAISS, A. **A Nova Ortografia da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ática, 1991.

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MASSINI-CAGLIARI, G.; CAGLIARI, L. C. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

MORAIS, A. G. de. **Ortografia**: ensinar e aprender. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

ROSENDAHL, Z. Espaço, Cultura e Religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 187-224.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente. In: _____. **Linguística como ciência**. Tradução de J. Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1969. p. 43-62.